MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

TC 014.358/2015-8

Tomada de contas especial
 Município de Brejinho/RN
 Recursos de reconsideração

Excelentíssima Senhora Ministra-Relatora,

Trata-se de recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. João Batista Gomes Gonçalves (peça 56) e pela pessoa jurídica Bonacci Engenharia e Comércio Ltda. (peça 57) contra o Acórdão 10.802/2016 (peça 42), por meio do qual a 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, entre outras deliberações, assim decidiu:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. João Batista Gomes Gonçalves (422.799.684-87), ex-prefeito do Município de Brejinho/RN, nas gestões 2005-2008 e 2009-2012, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, e § 2º da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2 condenar o responsável identificado no subitem anterior, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, ... os valores já ressarcidos;

Valor original (R\$)	Data da Ocorrência
20.760,55	11/9/2009
15.981,69	30/9/2009
15.011,93	18/12/2009
4.096,90	8/3/2010
-38,95 (crédito)	19/3/2012
-10.219,13 (crédito)	21/3/2012

9.3 condenar o responsável identificado no subitem 9.1, em solidariedade, com a empresa Bonacci Engenharia e Comércio Ltda. (24.594.863/0001-00), ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, ... na forma prevista na legislação em vigor;

Valor original (R\$)	Data da Ocorrência
5.903,10	8/3/2010
12.667,96	28/7/2010
15.011,93	18/12/2009

9.4. aplicar ao Sr. João Batista Gomes Gonçalves (422.799.684-87), e à empresa Bonacci Engenharia e Comércio Ltda. (24.594.863/0001-00), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), respectivamente...

2. A presente tomada de contas especial foi instaurada pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Sr. João Batista Gomes Gonçalves, prefeito do Município de Brejinho/RN nas gestões 2005-2008 e 2009-2012, em decorrência da

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

impugnação total das despesas realizadas com recursos do Convênio 885/2006, celebrado entre o referido município e o Fundo Nacional de Saúde, em 31/12/2006, cuja finalidade era a concessão de apoio técnico e financeiro para reforma do Hospital Maternidade Maria das Neves (peça 2, p. 76-92).

3. Tendo em vista as razões expostas no exame de admissibilidade realizado pela Secretaria de Recursos, entendo que os recursos devem ser conhecidos.

4. As peças recursais são idênticas, motivo pelo qual podem ser analisadas em conjunto. O exame das razões recursais por parte da unidade técnica encontra-se na instrução constante da peça 110, cujas conclusões, desde já, incorporo aos fundamentos deste parecer. Não obstante, entendo pertinente tecer algumas considerações a respeito dos argumentos trazidos pelos recorrentes.

5. Buscando demonstrar a utilização regular dos recursos em questão, os recorrentes defendem a existência, nos autos, de documentos que comprovam a execução quase integral do objeto do Convênio 885/2006. Afirmam que a reforma foi concluída em 2010 e que o laudo técnico lavrado à época atesta a situação da obra e a execução de reparos não previstos. No mesmo sentido, afirmam que o Relatório de Visitação *in loco* 39-2/2012 do Ministério da Saúde registra a execução de mais de 77% do objeto ainda em 2010.

6. Em conformidade com a instrução elaborada pela unidade instrutiva (peça 110, p. 4), constato que o julgado condenatório não está fundamentado na inexecução do objeto da avença, mas sim na constatação de que o objeto era inservível e, ainda, na impossibilidade de se estabelecer o nexo entre os recursos do ajuste e as despesas declaradas pelo convenente.

7. Compulsando a Nota Técnica Secap/Dicon/MS 01/2013 (peça 2, p. 272-276) e o Relatório de Visita 39-2/2012 (peça 2, p. 150-162), verifica-se a existência de diversas e variadas irregularidades na execução do objeto do convênio, ocorrências essas que embasaram as conclusões pela utilização irregular de seus recursos.

8. O Relatório de Visita 39-2/2012 atestou que a obra estava paralisada desde 27/7/2010 e que a execução financeira tinha alcançado os 93,5%, entretanto, registra a ocorrências das seguintes irregularidades:

a) a rede de energia não estava ligada e as instalações elétricas não estavam concluídas;

b) a fossa séptica e o sumidouro não foram localizados e não havia evidências de sua execução;

c) o reservatório superior não foi identificado e não havia evidências de sua execução; e

d) as portas de madeira não tinham guarnições.

9. A Nota Técnica Secap/Dicon/MS 01/2013, por seu turno, descreve as seguintes impropriedades:

a) os documentos apresentados não atendem as pendências elencadas no Relatório de Verificação n° 39-2/2012;

b) os serviços executados objetivaram a ampliação, com acréscimo de área, o que não está previsto no plano de trabalho aprovado. Ademais, a área ampliada não apresentava condições de uso, uma vez que os banheiros estavam sem revestimento cerâmico, as bancadas de granito não estavam instaladas, as instalações elétricas não haviam sido concluídas e ofereciam riscos aos ocupantes da edificação, a pintura não estava adequada e as portas estavam sem guarnição;

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

c) conforme pode ser constatado na visita "*in loco*", no que se refere à reforma, não foi possível identificar quais serviços foram executados de acordo com a planilha orçamentária licitada.

10. Em consonância com o posicionamento da unidade técnica, penso que a falta de documentos comprobatórios da execução dos itens 6 (cobertura), 8.17 (fossa séptica), 8.18 (sumidouro), 9 (reservatório superior) e 11.10 (ladrilho cerâmico esmaltado extra PEI-4, piso e parede) impede que se estabeleça o liame entre os recursos do ajuste e as referidas despesas.

11. Ademais, o emprego de recursos na ampliação do objeto, algo que não estava previsto no plano de trabalho, aponta para a ocorrência de desvio de objeto, fato que consolida conclusões no sentido da inexistência de vínculo entre parte dos recursos do convênio e as despesas declaradas pelo convenente.

12. No que pertine à responsabilidade do ex-prefeito, convém salientar, mais uma vez, a imprestabilidade da obra, tendo em vista não apenas a inexecução ou a execução indevida de determinados serviços, mas também o fato de que não trouxe benefício à comunidade.

13. Assiste razão à Serur quando afirma que foram imputados ao ex-prefeito os débitos correspondentes à sua responsabilidade como convenente, ou seja, o dano ao erário decorrente da aplicação indevida dos recursos do convênio, ao passo que o débito imputado à contratada decorre da apuração dos valores relacionados a serviços que, embora tenham sido pagos, não foram executados.

14. Pelas razões expendidas pela unidade técnica, não merecem acolhida os demais argumentos apresentados pelos recorrentes.

15. Por todo o exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se pelo conhecimento e não provimento dos recursos interpostos pelo Sr. João Batista Gomes Gonçalves e pela pessoa jurídica Bonacci Engenharia e Comércio Ltda., nos termos da proposta da unidade técnica (peça 110, p. 7).

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador